

OS IMPACTOS DA NEOLIBERALISMO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA E A CONDIÇÃO DO PROFESSOR

Eixo: Marxismo, educação e luta de classes: desafios históricos e urgências contemporâneas.

Thiago Chaves Sabino¹

RESUMO

Este artigo objetiva discutir, brevemente, a resultante das políticas neoliberais na educação brasileira com o intuito de apreender, nessa tendência política mundial, o papel dessas políticas no Brasil. Pretende-se, assim, aferir em que medida a atual situação da educação brasileira é fruto das políticas aplicadas nas últimas décadas. Nosso trabalho está alinhado com os pressupostos do marxismo. Aproveitamos também para discutir a situação do professor em meio a realidade educacional notadamente marcada pela precariedade.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Educação. Professor.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo discutir, brevemente, el resultado de las políticas neoliberales en la educación en Brasil con el fin de apreender, en esta tendencia política global, la función de estas políticas en Brasil. Se pretende, por lo tanto, evaluar en qué medida la situación actual de la educación brasileña es el resultado de las políticas aplicadas en las últimas décadas. Nuestro trabajo está alineado con los supuestos del marxismo. Aprovechamos también para discutir el estado del maestro en la realidad educativa sobre todo marcada por la precariedad.

Palabras clave: Neoliberalismo. Educación. Maestro.

INTRODUÇÃO

A burguesia em ascensão, na luta contra a nobreza feudal e seu regime, precisou pregar o direito à educação como garantia da cidadania e igualdade. Não pelo motivo de que realmente defendesse esse direito, mas, naquele momento, tinha a necessidade de trazer para seu lado nessa luta as massas da população em torno ao seu projeto político-social, de construir uma nova sociedade mais humana e mais racional.

¹ tcs54@hotmail.com / Mestrando. Pesquisador do Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário (IMO) da Universidade Estadual do Ceará.

A prova de que a burguesia nunca almejou a universalização da educação é que somente se aproximou disso quando teve motivos políticos mais do que especiais e se encontrava em uma situação econômica que lhe permitia tal margem de manobra, na época do Estado de Bem-Estar Social, tal como nos coloca Souza (2009, p. 106):

O Estado de Bem-Estar somente existiu devido ao temor dos capitalistas em relação à expansão do socialismo, mesmo na sua forma distorcida e degenerada [...]. O fato de o capitalismo mundial viver um período de crescimento econômico, com alguns pequenos ciclos recessivos, até o início da década de 1970 do século passado também contribuiu para a ‘política social’ de universalizar a educação pública e estatal.

Mas isso não passa da década de 1970, justamente pela inversão dos elementos que impulsionavam essa política burguesa. A economia já dava sinais de declínio a partir da crise do petróleo de 1973; os Estados Operários da época já não representavam uma ameaça à ordem capitalista, com a estagnação da economia soviética, concorrente direto do bloco capitalista na chamada Guerra Fria; o alto endividamento dos Estados que desenvolveram o Estado de Bem-Estar Social pelos altos custos dos serviços públicos; indícios de vitória do lado capitalista na Guerra Fria.

A INGERÊNCIA INTERNACIONAL NA EDUCAÇÃO

Já nas décadas de 1980-1990, a burguesia altera sua política educacional, aproveitando a onda neoliberal, a queda do bloco oriental e o triunfo esperado do lado ocidental na Guerra Fria. A ideologia e a política neoliberal tomaram conta dos Estados. Foi alardeado o fim do socialismo e da História, o mercado como único regulador da economia, as privatizações, entre outros (SOUZA, 2009, p. 106). A educação, considerada como serviço pela Organização Mundial do Comércio (OMC), deveria ter o mesmo destino dos outros serviços públicos: a dobradinha sucateamento e privatização. Vergel (2008, p. 68) aponta a mesma linha de raciocínio:

Preto no branco, os neoliberais defendem que a educação deve submeter-se ao jogo da livre competição e que os conhecimentos, as capacidades adquiridas e as habilidades são um ‘supremo bem’ pelo qual todos devem pagar um preço.

Na mesma direção, afirma Fernandes Neto (2009, p. 14):

[...] durante mais de duas décadas o imperialismo implantou planos de ajustes neoliberais na educação, que alguns denominam reformas ou contra-reformas, no Brasil, América Latina, África, Ásia, através de organismos multilaterais, como o Banco Mundial (BIRD), FMI, UNESCO², BID etc. Os impactos dessas medidas são desiguais de um país para outro, mas as diretrizes são semelhantes: redução da participação do Estado e realização de parcerias, com fundações, Ongs, empresas e sociedade civil na área educacional. Junto com isso, procurou-se fortalecer a perda do sentido da universalidade e gratuidade da Educação Pública, assim como da exclusividade do Estado como provedor.

Há 15 anos, Perry Anderson afirmava que “qualquer balanço do neoliberalismo só pode ser provisório. Este é um movimento inacabado” (FERNANDES NETO, 2009, p. 13). Pois bem, 15 anos depois, podemos fazer esse balanço, o neoliberalismo teve tempo suficiente para mostrar a que veio:

Economicamente o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminando a simples ideia de que não há mais alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm que adaptar-se a suas normas (FERNANDES NETO, 2009, p. 13).

A política neoliberal teve consequências drásticas para a vida da população, em especial a mais pobre. Diminuiu a qualidade de inúmeros serviços públicos. Muitos, inclusive, deles deixaram de ser públicos. Em seguida, o autor acrescenta:

Embora o neoliberalismo tenha obtido avanços significativos na implantação de suas políticas públicas nos sistemas educativos do Brasil e na América Latina, os objetivos expressos na Declaração Mundial de Educação para Todos e depois reafirmados na Conferência de Nova Déli, no Plano Decenal de Educação para Todos, produzido pela Brasil em 1993, e no relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o séc. XXI (Relatório Jacques Delors), na Conferência Mundial em Dakar, etc., na sua maioria não obtiveram êxito quanto às suas metas. O número de analfabetos no mundo continua no patamar de um bilhão de pessoas, cuja maioria é mulher. Os índices de repetência e evasão escolar

² Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

continuam elevados na maior parte das nações da América Latina, África e Ásia (FERNANDES NETO, 2009, p. 14).

Um dado complementar é que, segundo a UNESCO, 75% dos analfabetos do mundo estão em 15 países, entre eles, o Brasil. (NOVA ESCOLA, 2009). O que nos leva a concluir que o desenvolvimento da educação está subordinado ao desenvolvimento da economia capitalista mundial, que explora a classe assalariada. Dessa forma, Estado e educação sempre foram instrumentos das elites que controlam o poder e a manutenção do sistema.

Em 1990, em Jomtien, Tailândia, foi realizada a Conferência Mundial de Educação para Todos. Dela participaram mais de 150 países (como China, Índia e Brasil), centenas de agências bilaterais e multilaterais (como Banco Mundial, USAID, UNICEF) e ONGs internacionais. Nela foi aprovada a Declaração de Jomtien, que estabelecia um prazo de dez anos para aplicação de diretrizes educacionais patrocinadas pelas agências acima citadas, em associação com governos e Organizações Não Governamentais (ONGs) (FERNANDES NETO, 2009, p. 17).

Quase 20 anos depois de realizada a Conferência, nota-se que não se concretizaram as medidas que beneficiariam as amplas massas da população mundial excluída da educação formal, tais como, a erradicação do analfabetismo; a universalização da educação fundamental; e a eliminação da evasão e da repetência escolar, como tinha sido estabelecida.

Contrariamente, houve avanço em relação às metas diretamente neoliberais, como descentralização administrativa e financeira; divisão da responsabilidade entre Estado e sociedade, através de parcerias com empresas, comunidade e a municipalização do ensino fundamental; priorização do ensino fundamental; instituição de avaliação de desempenho do professor e institucional; desenvolvimento do ensino à distância e reestruturação da carreira docente.

Vergel (2008) estuda o relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI (relatório Jacques Delors), entendendo-o como parte da política neoliberal internacional para a educação e em sintonia com o desenvolvimento e ritmo da economia mundial. Após identificar o Relatório como o “porta-voz do neoliberalismo do século XXI”, afirma:

A UNESCO recomenda aos políticos e aos governos que tomem decisões sobre a educação e definam estratégias que incluam a demanda, a avaliação, a descentralização, a autonomia, a necessidade

de regulação do sistema, as limitações financeiras e a implementação das novas tecnologias (VERGEL, 2008, p. 70).

Complementa com uma análise geral de experiências concretas:

Desde quando a UNESCO aprovou o informe da Comissão impulsiona-se o mundo uma nova cultura de avaliação. Como norma deve-se avaliar o sistema educacional e todas as atividades que tenham que ver com a educação, sejam estas de ordem econômica ou não. Devem ser objetos de avaliação não somente os métodos de ensino, mas também ‘a gestão dos estabelecimentos e a qualidade dos docentes’. Ademais, a avaliação encerra um tesouro para os capitalistas, é suscetível de desenvolver-se como negócio. Desde o momento que o México firmou o TLC com os Estados Unidos quem realiza as provas de avaliação são empresas de avaliação norte-americanas (VERGEL, 2008, p. 71).

Com relação ao financiamento, a Comissão afirma, categoricamente, que não deve ser menos de 6% do Produto Interno Bruto (PIB) nos chamados países em desenvolvimento. Além de estar aquém da reivindicação do movimento docente de 10% do PIB para educação, continua dizendo que “[...] é não apenas legítimo, mas conveniente mobilizar recursos financeiros privados a fim de limitar a pressão exercida sobre o orçamento dos estados [...]” (VERGEL, 2008, p. 71). Inclusive, apresenta várias alternativas de financiamento privado, como

a participação das famílias ou dos estudantes nos gastos escolares, que as comunidades escolares assumam parte dos custos de construção e manutenção das escolas, participação das empresas no financiamento da formação profissional e autofinanciamento (VERGEL, 2008, p. 71 e 72).

Dessa, forma, a UNESCO, através da Comissão Internacional, nos dá mais uma mostra das orientações neoliberais na educação, a gradativa desresponsabilização do Estado com a educação pública. Isso, inclusive, já estava na legislação brasileira, tanto na Constituição Federal (CF) de 1988, art. 205, “a educação, [...] dever do Estado e da **família**” (grifo nosso), quanto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, Lei nº 9.394, art. 2º, “A educação, dever da **família** e do Estado...” (grifo nosso).

É importante ressaltar que, entre a CF de 1988 e a LDB de 1996, há uma sutil diferença em seus textos. Enquanto a 1ª afirma ser dever do Estado e da família, a LDB inverteu a ordem, definindo que a responsabilidade é, em primeiro lugar, da família, em

consonância com o discurso neoliberal vigente na década de 1990. Mas os organismos internacionais precisam constantemente realizar conferências e reuniões, elaborar relatórios e estudos, como forma de dar respostas à crise da educação e de pressionar os governos a avançar na aplicação dos planos neoliberais.

NEOLIBERALISMO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Os governos da Ditadura Militar foram governos pró-imperialistas tanto no âmbito econômico quanto no educacional, vide os acordos MEC-USAID³. Os governos da democracia burguesa não foram diferentes, aplicaram o plano neoliberal na educação. Destacam-se os oitos anos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (PSDB) e os, até então, sete anos de Lula (PT).

Foi na gestão de FHC que foi aprovada a nova legislação (LBD 9.394/96 e EC 14/96) e o PNE (Lei 10.172/01), apoiado na primeira. A política do Ministério da Educação (MEC) esteve todo esse tempo seguindo as diretrizes dos organismos multilaterais internacionais guiadas pela nova legislação educacional.

Essa nova legislação está em sintonia com a política do Estado mínimo. [...] as diretrizes essenciais da nova LDB e da EC n. 14, como descentralização administrativa e financeira, prioridade para o ensino fundamental, municipalização, reforma do ensino médio, parceria com a comunidade e empresa, avaliação do desempenho e avaliação do rendimento escolar, estão todas a serviço de desobrigar o Estado em relação à educação e privatizá-la (FERNANDES NETO, 2009, p. 18).

Souza (2009, p. 101) afirma na mesma direção:

É consenso ou senso comum entre a esquerda, socialista ou não, e mesmo entre os acadêmicos minimamente sérios, que a educação – principalmente pública – vive, no Brasil e no mundo, uma crise sem precedentes na sua história [...]

Para ilustrar sua afirmação, acrescenta:

Segundo o IBOPE, instituto privado de pesquisa, apenas 28% da população entre 15 e 64 anos pode ser considerada alfabetizada no Brasil, o restante mais de 70%, oscila entre a condição de ágrafos (não sabem ler e escrever) e alfabetos funcionais (não são capazes de

³ Firmado entre o Ministério da Educação do governo militar brasileiro e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional, na década de 1960, visava à privatização das universidades públicas. Uma de suas medidas políticas era o fim dos centros acadêmicos com o intuito de desorganizar a resistência por parte dos estudantes.

ler/interpretar e escrever corretamente um texto de 20 linhas). Sem falar no pífio desempenho do Brasil no PISA4 da OCDE; o que faltou dizer é que o PISA avalia tanto alunos das escolas públicas quanto das escolas privadas (SOUZA, 2009, p. 129).

No intuito de combater os mitos do acesso ao emprego formal e da redução das desigualdades, Souza (2009) mostra dados reveladores. Mais de 180 milhões de pessoas no mundo são desempregadas, das quais mais de 1/3 são jovens de 15 a 24 anos; mais de 1/3 da mão-de-obra do planeta está em condição de sub-emprego ou trabalho precário. No Brasil, o desemprego é três vezes maior entre os jovens de 15 a 24 anos do que entre os demais trabalhadores; mais da metade dos jovens são desempregados, segundo a OIT (Organização Mundial do Trabalho). De acordo com a análise da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), a parcela da renda nacional apropriada pelos 1% mais ricos é semelhante à parte que cabe aos 50% mais pobres; os 10% mais ricos abocanham cerca de 40% da renda nacional enquanto a parte mais pobre da população fica com apenas 15%.

Ao mesmo tempo em que os dados expostos pelo autor combatem os mitos citados acima, servem também de referência para entendermos a crise da educação a partir da realidade social, que tem origem fora do âmbito escolar, mas se reflete em seu interior.

Para dar mais consistência à argumentação da crise da educação, vejamos a análise que Fernandes Neto (2009, p. 21) faz, considerando alfabetização, evasão e repetência escolar. Sobre a alfabetização, o autor nos informa que “o censo (*escolar de 2004*) mostra que há 20 milhões de analfabetos totais e cerca de 70 milhões de brasileiros que não possuem o Ensino Fundamental completo”.

Sobre a evasão, o relatório do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), divulgado em 2003, revela que 74% dos estudantes que concluem o Ensino Médio, em média, o fazem após 3,7 anos. Do total de matriculados na 1ª série do Ensino Fundamental, apenas 40% concluem este nível de ensino. Ainda sobre a evasão no Ensino Médio, segundo a Sinopse Estatística da Educação Básica, o percentual de jovens que abandonam esse nível de ensino tem variado bastante, desde 1997, mas sempre ao redor de 15% e 17%.

Sobre a repetência no Ensino Médio, foi de 7,4%, em 2002, e 8,2%, em 2003, de acordo com o relatório do INEP. Baseado na Sinopse Estatística, “As taxas de

4 Programa Internacional de Avaliação de Alunos da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

reprovação no Ensino Médio voltaram a aumentar no Brasil em 2005, pelo sétimo ano consecutivo desde 1998” (FERNANDES NETO, 2009, p. 23).

A conclusão é que após oito anos de FHC e, agora, sob o governo Lula, “Continuam elevadas as taxas de evasão e repetência, isto é, o ensino brasileiro é um funil” (p. 22). Por esse motivo, Fernandes Neto (2009) afirma que os resultados expressam o fracasso das políticas neoliberais para a educação dos últimos 12 anos, tanto do governo FHC como do governo Lula.

Sem entrar no mérito da natureza das avaliações externas, o autor analisa a queda no rendimento tanto no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), entre 2003 e 2005, quanto no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), entre 2005 e 2006. Lembra, também, que a maioria dos estudantes brasileiros não passaram do nível básico de aprendizado escolar na prova de ciência do PISA, que compara o nível dos alunos em 57 países (FERNANDES NETO, 2009, p. 25).

Sob o governo do PT, a lógica foi a mesma, seguir aplicando a cartilha neoliberal na economia e na educação. Lula, ainda candidato, em 2002, assumiu publicamente essa intenção, concretizada quando no poder, através da “Carta ao Povo Brasileiro”. Até hoje, reina a política de ajuste fiscal e orçamentário para garantir o superávit primário e pagar as dívidas interna e externa. Isso se traduziu em cortes nos orçamentos de 2003, 2004 e 2005; na educação com prejuízo de R\$ 432 milhões, em 2003, e de R\$ 627 milhões, em 2004. Usa a DRU – Desvinculação das Receitas da União – para desviar verbas públicas da saúde e educação e destiná-las aos banqueiros. Anualmente, mais de 5 bilhões na educação (FERNANDES NETO, 2009, p. 32). Na questão do custo-aluno, o autor afirma que:

Lula baixou o decreto-lei que estabeleceu os valores mínimos do FUNDEF para 2005: R\$ 620,56 (de 1ª a 4ª série) e R\$ 651,59 (de 5ª a 8ª série). Caso aplicasse o Art. 6º da Lei 9.424, o repasse seria de R\$ 1.033,80 (de 1ª a 4ª série) e R\$ 1.070,50 (de 5ª a 8ª série). Assim, continua também nisso a política de FHC, isto é, repete a mesma metodologia de desrespeito ao Art. 6º da Lei 9.424. Agora, em 2009, com o FUNDEB, o custo-aluno representa uma média de R\$ 1.700 anuais (FERNANDES NETO, 2009, p. 33).

Lula continuou a aplicação do projeto neoliberal iniciado por FHC. No entanto, vale ressaltar que aquele aplica com mais autoridade, por ser um dirigente operário histórico e de referência para amplas massas brasileiras e mesmo mundiais. Além de sua

moral com a população pobre, aproveitou-se do período de crescimento econômico pelo qual passou o país em maior parte de seu mandato.

Antes de estar à frente do Palácio do Planalto, o PT já era adepto do neoliberalismo. Fernandes Neto (2009), avaliando o programa eleitoral do PT para educação, identifica que esse Partido já defendia a avaliação de desempenho, programas assistencialistas vinculados à escola, a propagação da EAD, o repasse de recurso público para iniciativa privada etc. Acrescenta sobre o tema do financiamento:

[...] a equipe econômica do governo promoveu um corte na educação de R\$ 1,6 bilhões no orçamento de 2006. Assim, não houve aumento de recursos e não foi derrubado o veto para a educação de 7% do PIB no PNE, que estava indicado até o final da década. [...] A política de financiamento de Lula/Haddad⁵ não modifica a política de FHC/Paulo Renato. Aloca recursos para o ensino privado através do crédito educativo e bolsas de estudo. Continua drenando recursos para os conglomerados do ensino através da concessão de "empréstimo" do BNDES. Por outro lado, acentua a política compensatória via bolsa-escola, renda mínima e outros programas sociais (FERNANDES NETO, 2009, p. 35).

PROFESSOR: O ELO MAIS “FRÁGIL” DA CADEIA

Sempre que o assunto é educação, a figura do professor não é poupada. Afinal, o senso comum quase nunca consegue ver além das aparências. No caso da educação, quando se identifica algo mais profundo, não se consegue avançar num entendimento concreto das políticas educacionais, muito menos numa crítica implacável e numa saída para o problema. Assim, volta-se o centro das atenções para elemento mais “frágil” do sistema educacional: o professor. Falamos em fragilidade ao considerá-lo individualmente.

Para além do senso comum, existem setores conscientes, representantes de interesses de classes diferentes da dos docentes que, de maneira intencional, culpam o professor pela atual crise da educação básica. Em sua imensa maioria são instituições ou empresas privadas, ONGs e imprensa falada ou escrita ligadas ao governo ou parlamentares, partidos políticos ou sindicalistas adaptados ao Estado. O economista Reynaldo Fernandes, presidente do INEP, afirmou que “Toda mudança educacional vai ocorrer dentro da sala de aula”, ou seja, a mudança é responsabilidade do professor.

⁵ Fernando Haddad é Ministro da Educação de Lula e Paulo Renato o foi de FHC.

A afirmação abaixo, de Jacques Delors, deixa claro que a carga de responsabilidade do professor deve ser imensa. Inclusive, para além do que ele é possível de realizar em sua sala de aula.

'Espera-se que os professores sejam capazes, não só de resolver esses problemas⁶ e esclarecer os alunos sobre um conjunto de questões sociais desde o desenvolvimento da tolerância ao controle da natalidade, mas também obtenham sucesso na área que os pais, instituições religiosas e poderes públicos falharam muitas vezes' (COSTA, 2009, p. 78).

A maioria das críticas cai num reducionismo e simplismo espantoso sobre a crise estrutural da Educação Nacional, culpabilizando única e exclusivamente o professor. Em nenhum momento, os governos, a imprensa, os técnicos e os acadêmicos lembram ou sequer fazem um balanço da política educacional que está sendo aplicada desde 1995. A falência da Escola Pública é resultado da ofensiva neoliberal aplicada no período FHC e aprofundada no governo Lula/Fernando Haddad. O professor e os demais profissionais da educação são vítimas do plano neoliberal. Fernandes Neto (2009, p. 48) entende que:

Outro caminho de aumento de responsabilidade dos docentes são as avaliações externas ou a cultura de avaliação, como alguns denominam para indicar que já são práticas hegemônicas na maioria dos sistemas educacionais do mundo. O professor passa a ser responsável pelo aprendizado dos alunos e pela melhora dos indicadores nos rankings de avaliação. Há uma insistência em atribuir os problemas dos rendimentos educacionais à necessidade de desregulamentação da carreira, para incorporar o salário por desempenho, contratos sem via de concurso públicos etc.

Considerada, ainda, como profissão de risco, o professor está sujeito à violência física, fruto da violência urbana, não só nas periferias do Brasil, mas até nos países imperialistas. É comum ouvirmos falar de assassinato em escolas norte-americanas, destaque para o massacre na Escola Columbine, em 1999⁷. Na Inglaterra, em 20% das escolas os professores levam chutes, pontapés, empurrões ou cuspes de seus alunos.

A RESISTÊNCIA DOCENTE

⁶ Delors se referia à pobreza, drogas, fome, violência, ou seja, aos problemas gerais da sociedade.

⁷ Na ocasião, doze estudantes e um professor foram mortos por dois jovens, que em seguida se suicidaram.

Outra “oportunidade” de criminalizar os professores é quando, coletivamente, estes resolvem se levantar contra os ataques neoliberais dos governos de plantão nas três esferas federal, estadual e municipal. É notório que isso tem se repetido com frequência nos últimos tempos. Observamos o que diz Vergel (2008, p 77):

Não é de estranhar que as lutas dos docentes e da comunidade educativa durante os primeiros oito anos do século XXI tenham como ponto central a defesa da educação pública, o aumento de salários e a defesa dos benefícios sociais.

Recentemente, assistimos a uma luta, ainda não concluída, dos professores pela implementação, por parte de Estados e Municípios, da Lei do Piso Salarial Nacional, que o instituiu em R\$ 950/40h. Aprovada por unanimidade no Congresso Nacional, apesar da conquista, essa lei não atende à reivindicação tradicional do movimento, de piso equivalente ao salário mínimo calculado pelo DIEESE, atualmente equivalente a R\$ 1.995,91, atualizado em dezembro de 2009, por 20h semanais. O autor ainda destaca:

Os docentes e estudantes de vários continentes demonstraram que a mobilização o protesto são o caminho para impedir que o imperialismo continue implementando a contra-reforma educativa. Deixar a solução da crise da educação nas mãos do imperialismo e seus partidos é deixar que eles, os maiores responsáveis pelo desastre, a resolvam a seu favor e continuem desmontando a educação pública gratuita e obrigatória e transformando-a em mercadoria inalcançável para os mais pobres (VERGEL, 2008, p. 77).

Vejamos agora o que diz Fernandes Neto (2009, p. 48) sobre a mesma questão:

[...] durante toda década de 90 do séc. XX e nesta primeira década do séc. XXI, os trabalhadores em educação realizaram dezenas de greves e inúmeras mobilizações nacionais de resistência e por melhores salários, melhores condições de trabalho e em defesa da Educação Pública, nas quais foram protagonistas as entidades estaduais como a APEOESP/Sindicato-SP, CPERS, SINTE-SC, SEPE-RJ, entre outras.

Essas lutas são, na verdade, uma reação aos projetos dos governos, orquestrados pelos organismos internacionais dirigidos pelos países imperialistas, notadamente os EUA. O baixo investimento em educação durante todos esses anos, a repartição de responsabilidades entre Estado e sociedade – iniciativa privada etc... –

revelam-se agora na crise da educação. Dessa forma, o caminho percorrido pelos professores tem sido o protesto, a mobilização.

Os dois autores largamente citados, ao final de seus respectivos ensaios, propõem um programa do ponto de vista dos trabalhadores para combater à crise da educação. Aqui, não se trata de analisá-los, mas sim, de extrair a conclusão que os neoliberais teimam em “esquecer” por ir de encontro com o sistema que sustentam:

[...] qualquer plano educacional que vise atacar a falência do ensino tem de partir de um programa econômico alternativo centrado no combate à miséria e à fome, razão primeira da crise do sistema educacional, e no rompimento com o imperialismo (FERNANDES NETO, 2009, p. 49).

CONCLUSÃO

Passada uma geração de reformas pró-mercado nitidamente neoliberais na educação básica iniciadas pela direita tradicional, mantidas e aprofundadas pela esquerda reformista-eleitoral, que ao final da Guerra Fria se rendeu ao canto de sereia do mercado, podemos tirar algumas conclusões.

Nosso atraso cultural, a dependência em relação ao centro da economia capitalista e a desigualdade social se mantiveram – apesar do crescimento econômico do período Lula. Somos a sétima economia do mundo e sequer conseguimos alfabetizar com alguma decência nosso povo. O Brasil vive um “apartheid” educacional: ricos e pobres não apenas não frequentam a mesma escola, mas também não recebem o mesmo ensino. A escola pública virou um depósito de gente, um lugar para formar o exército industrial de reserva do capital e um grande negócio para o capital com sua mercantilização.

A defesa de uma escola pública de qualidade para as amplas massas da população, para os trabalhadores e seus filhos é, necessariamente, parte de uma luta contra o capital e pela transformação da sociedade em que vivemos. É a luta para passar do reino da necessidade para o reino da liberdade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Lei n. 9.394, de 20.12.1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm>. Acesso em: 18 de fev. 2010.

COSTA, Áurea. Entre a dilapidação moral e a missão redentorista: o processo de alienação no trabalho dos professores do ensino básico brasileiro. In: _____; FERNANDES NETO, Edgard; SOUZA, Gilberto. **A Proletarização do professor: neoliberalismo na educação**. São Paulo: Editora Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2009.

FERNANDES NETO, Edgard. O fracasso dos planos neoliberais na educação brasileira. In: COSTA, Áurea; _____; SOUZA, Gilberto. **A Proletarização do professor: neoliberalismo na educação**. São Paulo: Editora Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2009.

NOVA ESCOLA. São Paulo: Editora Abril, n. 221, abr. 2009.

SOUZA, Gilberto. **A mercantilização da educação**. Disponível em: <<http://blogconvergencia.org/blogconvergencia/?p=2288>>. Acesso em: 16 de jul. de 2014.

_____. Das luzes da razão à ignorância universal. In: COSTA, Áurea; NETO, Edgard Fernandes; _____. **A Proletarização do professor: neoliberalismo na educação**. São Paulo: Editora Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2009.

VERGEL, Carlos. A política educacional do imperialismo para o século XXI. **Marxismo Vivo**, São Paulo, n. 19, p. 64-78, 2008.